

Futuro da estabilidade de servidores públicos está nas 'mãos' do Supremo

O futuro da estabilidade no serviço público será, de uma forma ou de outra, decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O fim dessa garantia é o pilar da proposta de reforma administrativa (PEC 32) que a União entregou ao Congresso em setembro. Uma ação que já está na Corte pede a suspensão da tramitação da PEC 32 na Câmara, devido à falta de dados que subsidiam o projeto. Mas mesmo se esse pedido for negado, o STF receberá outras ações na tentativa de barrar as medidas previstas no texto.

Diversas entidades de servidores de todo o país já sinalizaram que vão recorrer ao Judiciário se a proposta passar no Legislativo. A intenção é impedir principalmente o fim da estabilidade de futuros servidores (como prevê a reforma), alegando que a medida representa riscos para a democracia.

O argumento é de que, sem isso, os funcionários públicos ficarão à mercê de decisões de governantes, quando, na verdade, servem ao Estado e à população.

Ministro decidirá sobre 1º pedido na Corte

O ministro Marco Aurélio Mello é o relator do mandado de segurança apresentado ao Supremo por integrantes da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público para suspender a PEC 32. O magistrado analisa, agora, a manifestação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Maia pediu que a solicitação da frente não seja atendida. O democrata ressaltou que a proposta sequer está tramitando na Casa, já que as comissões não puderam ser compostas.

O democrata alegou também que “minorias parlamentares não podem interditar a discussão de matéria iniciada por outro poder da República no Legislativo”.

Os parlamentares autores da ação, porém, argumentam que a falta de transparência — ausência dos dados que revelam o impacto fiscal — prejudica a análise do projeto.

Relutância do governo em divulgar dados, deixa ainda mais claro viés da reforma administrativa (PEC 32/2020)

Decisão recente do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), em Mandado de Segurança impetrado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), excluiu o ministro da Economia, Paulo Guedes, do polo passivo do processo, que pede a suspensão da tramitação da reforma administrativa enquanto não forem divulgados todos os documentos que subsidiaram a confecção da proposta.

Com o encaminhamento, ficou delegada ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), a opção por interromper o curso da matéria. Este, por sua vez, em manifestação encaminhada ao STF, afirmou que “em razão das circunstâncias excepcionais impostas ao funcionamento [da Casa]”, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 já está, na prática, suspensa.

Entre idas e vindas, o “resumo da ópera” é que o ponto central da discussão, a divulgação dos documentos postos sob sigilo, permanece inalterado. Com isso, segue comprometido o debate democrático sobre as mudanças em pauta, como havia sido observado pela assessoria jurídica da Frente já na peça inicial do Mandado de Segurança. “O direito ao devido processo legislativo, titularizado pelos parlamentares, fica seriamente comprometido quando se admite a tramitação de uma proposta de emenda constitucional elaborada com base em documentos sigilosos”, apontou.

Chama atenção a relutância do governo em permitir a abertura dos dados, para uma discussão ampla do tema. A persistente omissão, inevitavelmente, leva ao questionamento das bases sobre as quais a PEC 32/2020 foi construída, se, de fato, em informações técnicas, ou, hipótese mais provável pela análise do conteúdo da proposta, em documentos frágeis e cheios de generalizações, como o relatório “Reforma Administrativa: Diagnósticos sobre a empregabilidade, o desempenho e a eficiência do Setor Público brasileiro”, divulgado pelo Instituto Millenium, em agosto passado.

Sobre o estudo do Millenium, que tem entre seus fundadores o ministro Guedes, inclusive, a Consultoria Legislativa (CONLE) da Câmara produziu recentemente uma análise crítica, a pedido do coordenador da Servir Brasil, deputado Professor Israel Batista (PV/DF). A nota técnica identifica uma série de fragilidades estatísticas e metodológicas, generalizações e comparações sem sentido no relatório, deixando claro o viés de vilanização do servidor público, com vistas à legitimação da reforma que viria em seguida.

“Seja no setor privado, seja no setor público, não se pode avaliar qualquer despesa sem avaliar seu ‘retorno’. A avaliação feita pelo Relatório, entretanto, leva em conta apenas a despesa e não o retorno gerado por esta despesa”, destaca a Consultoria, ao explicitar uma das inconsistências do documento.

“Qual o sentido de se comparar o custo da despesa com pessoal federal com uma atividade cuja competência é dos municípios, exercida por empresas estatais estaduais? Não há nenhuma relação entre mais ou menos despesas federais com pessoal e mais ou menos investimentos em saneamento”, questiona, a Nota Técnica.

20 de novembro: Dia de valorizar a cultura negra e a lutar contra o racismo

Igualdade de direitos, reparação histórica, fim do genocídio. O segundo Dia da Consciência Negra sob o governo de Jair Bolsonaro não impõe novas bandeiras de luta, mas uma reafirmação da necessidade histórica de enfrentamento ao racismo em todas as suas dimensões.

Passados 132 anos da abolição da escravatura, negros e negras continuam vulneráveis à violência, são maioria entre os encarcerados, seguem marginalizados no mercado de trabalho, com dificuldade de acesso à educação, e integram as camadas mais pobres da sociedade.



Questão racial não é prioridade

A data serve de reflexão sobre a importância do povo e da cultura africana no Brasil, das lutas pela garantia dos direitos dos povos negros. Mas é necessário reforçar a resistência da população afro-brasileira e avançar para além da luta contra o racismo, mas também de combate ao fascismo e ao autoritarismo que o atual governo representa.

É importante marcar posição, nesse dia 20/11, contra Jair Bolsonaro que, mesmo antes de ascender à presidência da República já proferia discursos de ódio contra os negros, quilombolas e os indígenas, reafirmando uma postura notadamente racista.

Aliás, muitos são os desafios que estão colocados na luta antirracista e na promoção de políticas afirmativas que contemplem a diversidade e a igualdade étnico-racial na sociedade brasileira. O grito "vidas negras importam" que ecoou no Brasil e no mundo, em 2020, foi um alerta contra o racismo que ainda impera nas relações interpessoais e institucionais.

No contexto das desigualdades sociais, que atingem em cheio pretos e pardos, essa população continua sendo a maior vítima de homicídios no País. Dados do Atlas da Violência 2020, divulgado no mês de agosto, revelam que entre 2008 e 2018 o número de homicídios da população negra aumentou 11,5%. O levantamento aponta que no mesmo período, o homicídio entre pessoas não negras, caiu 12,9%.

Desprezo pela cultura negra

Jair Bolsonaro não acredita na Consciência Negra. O presidente eleito não sabe o que foi a Escravidão e tampouco acredita nos seus efeitos na formação da sociedade brasileira.

Tanto é que ainda durante o período eleitoral, ele negou haver alguma dívida histórica com as comunidades negras. "Que dívida histórica é essa que temos com os negros? Eu nunca escravizei ninguém na minha vida (...). O negro não é melhor do que eu, e nem eu sou melhor do que o negro", declarou Bolsonaro à época.

Para o presidente, as políticas sociais que visam diminuir as desigualdades raciais não passam de "coitadismo" e precisam acabar. "Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro", disse ainda durante a campanha.

As declarações racistas de Bolsonaro impressionam ainda mais se lembrarmos que ocorreram mesmo após ele ter sido condenado a pagar R\$ 50 mil por danos coletivos, por ter afirmado, sobre uma comunidade quilombola, que "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas" e que "não fazem nada, eu acho que nem pra procriar servem mais".

Não bastassem as declarações de Bolsonaro, temos de assistir ao presidente da Fundação Cultural Palmares - instituição pública voltada para promoção e preservação da cultura negra - Sérgio Camargo, um negro que renega sua própria raça, insultar e classificar o movimento negro como "escória maldita", que abriga "vagabundos", e ainda chamar Zumbi de "filho da puta que escravizava pretos".

Por isso, o Dia da Consciência Negra não é dia de comemoração, e sim um dia para refletirmos sobre práticas que precisam ser banidas da nossa sociedade como o racismo, a intolerância, o preconceito e a discriminação. Seja nas redes sociais, ruas, competições esportivas ou em festas privadas, manifestações de cunho racista, infelizmente, ainda fazem parte do nosso cotidiano. Não podemos negar que o Brasil é racista e temos o dever humanitário de mudar essa realidade. Não devemos tolerar o racismo, encarar ofensas racistas como brincadeiras. Devemos refletir como tratamos essas questões e, a partir daí mudar nossa postura. Um mundo onde sejamos todos iguais, com certeza, será melhor para todos.

Negro no serviço público

Segundo o IBGE, 53,6% da população brasileira é composta por negros e pardos, mas eles representam apenas 35,6% do serviço público. Os números se desencontram e externam essa desigualdade que existe ainda hoje no Brasil, por isso reforçamos a necessidade de lutar por políticas afirmativas, que garantam ao povo negro uma colocação melhor no mercado de trabalho e no serviço público.

O maior avanço em termos de políticas públicas afirmativas para o povo negro no serviço público é a Lei 12.990, de 9 de junho de 2014. Criada no governo Dilma Rousseff, ela reserva aos negros e negras brasileiras, 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

#Vidasnegrasimportam

#DigaNãooracismo

#ForaBolsonaro

CALENDÁRIO VIRTUAL DE ATIVIDADES

- **Dia 24/11** - 8ª reunião de negociação do ACT - 2020/2021 dos trabalhadores da Ebserh.